

## **I CONGRESSO BRASILEIRO DE POLÍTICA, PLANEJAMENTO E GESTÃO EM SAÚDE**

### **MOÇÃO DE APELO**

Aos candidatos à Presidência da República,  
Às lideranças dos partidos políticos no Congresso Nacional,  
Ao Conselho Nacional de Saúde

A lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000) trouxe vários avanços à Gestão Pública, Porém, o teto máximo de despesas com pessoal dos Municípios, Estados e União inviabiliza o avanço de setores sociais, com Educação, Assistência Social e Saúde, que necessitam fundamentalmente de trabalhadores para a realização de ações e ampliação da qualidade que desejamos.

Desse modo, defendemos a ampliação dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal para permitir a contratação de trabalhadores para as políticas sociais.

Salvador, 26 de agosto de 2010